

Inundações: isto não é um desastre natural

Via [International Viewpoint](#)

No momento em que escrevemos (17 de julho), as terríveis inundações na Bélgica, partes da Alemanha e da Holanda já mataram mais de 100 pessoas. [1] Dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas, perderam tudo e permanecerão traumatizadas para sempre. Outras nem sequer tiveram essa “sorte”, infelizmente, e o grande número de pessoas desaparecidas (1300 na Alemanha) não deixa dúvidas de que o preço final será muito, muito mais alto. Os danos materiais são imensos, sem mencionar o impacto em termos de poluição da água e do solo (por hidrocarbonetos, metais pesados, PCBs, plásticos, esgoto, etc.).

Este é o aspecto da mudança climática

Este desastre é quase certamente uma manifestação da mudança climática causada pelas emissões de gases de efeito estufa (principalmente da queima de combustíveis fósseis). Em última análise, se este fosse um evento isolado, haveria alguma dúvida. Mas não se trata de um evento isolado, muito pelo contrário. Em primeiro lugar, esta chuva excepcional segue dois anos de ondas de calor e seca igualmente excepcionais (lembre-se: a onda de calor de 2020 causou 1400 mortes na Bélgica...). Em segundo lugar, o fato de que este dilúvio na Europa Ocidental coincide com uma onda de calor mortal e sem precedentes no Canadá (Columbia Britânica) não é uma coincidência: é altamente provável que os dois fenômenos estejam ligados e resultem da perturbação do fluxo circumpolar do jato (ventos fortes que giram a grande altitude ao redor do pólo). Em terceiro lugar, o aumento de eventos climáticos extremos (tempestades e ciclones mais violentos, ondas de calor e frio mais intensos, secas e incêndios sem precedentes,

chuva, enchentes e deslizamentos de lama, etc.) é indiscutível e corresponde perfeitamente às consequências do aquecimento global projetado pelo IPCC desde seu primeiro relatório... há mais de trinta anos.

Os governos ignoraram os avisos meteorológicos

Os serviços meteorológicos dos países em questão haviam diagnosticado a presença em nossas regiões de uma “gota fria” – um sistema isolado e estável de baixa pressão associado a uma massa de ar frio. Este tipo de fenômeno é conhecido por causar chuvas fortes. Sabemos que esta precipitação pode durar vários dias, pois a depressão está estacionária. Neste caso, a ameaça era ainda mais grave porque a “gota fria” estava cercada por enormes massas de ar quente, carregadas com grandes quantidades de vapor de água. Como este vapor de água circundava a depressão, ele estava destinado a condensar e cair como chuva. Meteorologistas e hidrólogos haviam advertido que um evento excepcional estava a caminho. Os dois ou três dias antes do início do dilúvio poderiam e deveriam ter sido usados para analisar a ameaça, tomar medidas de emergência, mobilizar a proteção civil e o exército, advertir a população e evacuar as casas mais ameaçadas.

Isto não teria evitado as enchentes, mas os danos teriam sido limitados e, acima de tudo, a perda de vidas teria sido evitada. A experiência de Cuba com ciclones confirma que a prevenção faz toda a diferença. Mas aqui, nada foi feito. Mais uma vez (como na COVID19!), as advertências foram ignoradas. As razões são sempre as mesmas: os governos têm seus focos no canal econômico, sua prioridade é a “competitividade” das empresas, recusam-se a integrar o fato de que a humanidade entrou na catástrofe climática (na Bélgica, enquanto as nuvens se acumulavam, parte da “classe” política achou até mais importante espalhar fofocas sobre os laços entre a Sra. Haouach e a Irmandade Muçulmana). [2]

Uma série de fatores estruturais agravantes

Além deste despreparo, a escala das enchentes e suas consequências foi multiplicada por uma série de fatores estruturais de vários tipos. Mencionemos em geral: cortes no orçamento (na proteção civil e nos bombeiros, em particular – obrigado Jan Jambon!); a concretagem de terras (que impede a drenagem da água); a retificação de córregos e a drenagem de zonas úmidas (que atuam como esponja); a expansão urbana; o manejo da água da chuva (que é enviada para o esgoto e depois passa por estações de tratamento antes de fluir para os rios); a especulação fundiária (incentivando a construção em planícies de inundação); a política agrícola (incentivando a monocultura em larga escala) e as práticas agrícolas (aragem profunda, falta de cobertura do solo, desaparecimento de sebes). [3]

Em todas estas áreas, medidas preventivas essenciais deveriam ter sido tomadas há anos – e devem ser tomadas sem demora para evitar novas tragédias. Mas a chamada “adaptação” necessária para lidar com a parte irreversível da mudança climática não deve ser usada para evitar a raiz do problema: o próprio clima. Precisamos sair dos combustíveis fósseis o quanto antes e, para isso, não basta aumentar a participação das energias renováveis: precisamos romper com o produtivismo capitalista, mudar completamente nosso modo de produção, consumo e relação com a natureza, e fazê-lo de acordo com um plano público.

Um empréstimo de 2500 euros por família é um insulto às vítimas

O governo declara um dia de luto nacional, clama por solidariedade e unidade, mas por suas declarações mantém no obscurantismo a parte da população que não está consciente da mudança climática. O Primeiro Ministro belga falou de um evento “excepcional, sem precedentes”. O resultado final é que com o aquecimento global, o “excepcional” se torna a regra, o “sem precedentes” se torna comum. Podemos ver claramente a ligação entre “conhecimento” e “poder”: enfatizar a natureza “excepcional” das enchentes sem mencionar o clima permite que

os políticos mantenham o monopólio da tomada de decisões enquanto se esquivam de suas responsabilidades. Sem dizer explicitamente, eles transmitem a ideia de que o desastre é “natural”, quando não é.

É desnecessário dizer que este discurso joga nas mãos dos negacionistas do clima (representados no governo por David Clarinval, do Movimento de Reforma, vice-primeiro ministro, pontapé lateral de Drieu Godefride e o falecido Istvan Markó). [4]

(O presidente do Movimento de Reforma, GL Bouchez, achou por bem discordar da ligação feita por “alguns” – notadamente o climatologista JP van Ypersele – entre as enchentes e o aquecimento global).

Mas todas as tendências políticas no poder têm um certo interesse em promover este discurso. Falar de “desastres naturais” permite que a inação climática de sucessivas coalizões seja varrida para debaixo do tapete. Se as vítimas tivessem uma ideia clara da responsabilidade dos governos, o empréstimo de 2.500 euros por família afetada (uma decisão do governo valão) parecer-lhes-ia uma outra injustiça, um insulto para as vítimas. Em vez deste empréstimo a ser reembolsado, as populações têm direito a exigir uma reparação digna desse nome, financiada pelas empresas, bancos e acionistas que continuam a investir em fósseis contra todas as probabilidades.

Pessoas inundadas e famintas em todo o mundo, unam-se!

Além da solidariedade imperativa com as vítimas, devemos aprender as lições da tragédia, e a lição número um é que o tempo é curto, que não há mais um minuto a perder. As medidas mais decisivas devem ser tomadas com urgência para deter a catástrofe climática; caso contrário, ela se transformará em um cataclismo.

A lição número dois é que não podemos confiar nos governos: há

mais de trinta anos eles nos dizem para fazermos algo a respeito do clima e não fizeram quase nada. Ou melhor, eles fizeram muito: suas políticas neoliberais de austeridade, privatização, apoio para maximizar os lucros das multinacionais de combustíveis fósseis e apoio ao agronegócio nos levaram à beira do precipício. “Estamos todos no mesmo barco”, dizem os legisladores. Não: no Norte como no Sul, os ricos se safam e ficam mais ricos através dos desastres pelos quais são os principais responsáveis (os 10% mais ricos emitem mais de 50% do CO2 global). As classes trabalhadoras estão pagando a conta, enfrentando tanto o agravamento do aquecimento global quanto o aprofundamento das desigualdades sociais. Os mais pobres pagam duas vezes, três vezes, quando não têm outra solução senão migrar, arriscando suas vidas, na legítima esperança de uma vida melhor. A mudança climática é uma questão de classe.

A lição número três é que todos aqueles que são vítimas desta política – pequenos agricultores, jovens, mulheres, trabalhadores, povos indígenas – devem se unir, além das fronteiras. Não há diferença entre as pessoas pobres que andam na água em Pepinster ou Verviers e as pessoas pobres que andam na água em Karachi ou Dhaka (1/3 de Bangladesh debaixo d’água em 2020 devido à interrupção da monção pela mudança climática!) Não vamos cair no cinismo do governo, que aproveitará as inundações para desviar a atenção dos migrantes indocumentados que estão em greve de fome em Bruxelas há mais de 50 dias, mesmo correndo o risco de morrer.

A não declaração criminosa da UE: a “ultrapassagem temporária” de 1,5°C

Nos próximos dias, ouviremos os governos jurando que as dramáticas inundações confirmam seu desejo de um capitalismo verde, que a União Europeia está na vanguarda e que tudo seria melhor se o resto do mundo seguisse seu exemplo.

A lição número quatro é não deixar que os governos nos

coloquem para dormir com esta retórica. O capitalismo verde é uma farsa. O plano climático da UE está cheio de falsas soluções (plantação de árvores), truques (sem contar as emissões da aviação e da navegação mundial), tecnologias perigosas (captura e sequestro de carbono, energia nuclear, culturas energéticas em milhões de hectares), novas injustiças coloniais contra o Sul (compensações de carbono, impostos fronteiriços da UE) e novas medidas anti-sociais de mercado (pagamentos de carbono nos setores de construção e mobilidade, que as empresas passarão para os consumidores). O verdadeiro objetivo deste plano é a quadratura do círculo: combinar o crescimento capitalista com a estabilização climática. Seu objetivo não dito é o plano insano de “exceder temporariamente” o limiar de aquecimento de 1,5°C, compensado posteriormente por um hipotético “resfriamento” tecnológico do planeta.

As enchentes na Bélgica e na Alemanha, assim como outros desastres em todo o mundo, sugerem as consequências pesadíssimas desta “ultrapassagem temporária”. Em 10 de outubro em Bruxelas, vamos fazer da manifestação climática uma onda de maré popular para uma política diferente. [5] Uma política para o bem comum, uma política democrática e social para atender às reais necessidades humanas, uma política cuidadosa e amorosa de cuidado sem fronteiras para as pessoas e para a Mãe Terra.

17 de julho de 2021